

Serviço de Apoio
às Micro e
Pequenas
Empresas do
Estado do Paraná
- SEBRAE/PR

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de Junho de 2017**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto	8
Balancos orçamentários	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Aos Administradores e Conselheiros do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná- SEBRAE/PR
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná - SEBRAE/PR ("Entidade"), em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações dos resultados, demonstração do resultado abrangente, para o período de seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias.

19 de julho de 2017



Emerson Angelo Dalla Stella
Contador CRC PR 039117/O-0

Vitor Roberto Tioqueta
Diretor Superintendente

José Gava Neto
Diretor de Administração e Finanças

Júlio Cezar Agostini
Diretor de Operações

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR**

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

Ativo	Nota	30/06/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	67.912.205	62.528.232	Benefícios a empregados de curto prazo	10	1.641.877	2.561.403
Valores a receber	6	3.373.559	2.228.046	Obrigações com convênios e contratos	11	132.713	132.454
Numerários vinculados a convênios e programas	5	13.263.923	480.221	Contas a pagar a fornecedores e outras	12	1.794.807	713.333
Adiantamentos concedidos	7.1	6.924.649	6.803.607	Obrigações trabalhistas	13	6.352.459	4.868.914
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	8.665.115	7.409.676	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	12.508.578	3.123.536
Outros Créditos	7	1.413.638	1.220.568				
Total do ativo circulante		101.553.089	80.670.351	Total do passivo circulante		22.430.434	11.399.640
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	-	-
Depósitos judiciais	14	73.759	62.497	Provisões	14	910.661	2.106.337
Aplicações financeiras	7.2	20.017.094	19.084.174				
Outros créditos	7.3	1.007.306	963.926	Total do passivo não circulante		910.661	2.106.337
Imobilizado	9	11.097.852	11.760.178	Total do passivo		23.341.095	13.505.977
Intangível		-	15.502				
Total do ativo não circulante		32.196.011	31.886.277	Patrimônio líquido			
				Superávits acumulados		97.637.705	70.007.813
				Superávit do período / exercício		11.357.355	27.611.077
				Ajustes de avaliação patrimonial		1.412.945	1.431.762
				Total do patrimônio líquido	15	110.408.005	99.050.652
Total do ativo		133.749.100	112.556.629	Total do passivo e do patrimônio líquido		133.749.100	112.556.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR

Demonstrações de Resultados

Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Receitas			
Receitas com Contribuição Social (CSO)	16	52.237.078	55.561.342
Receitas com Contribuição Social do Nacional (CSN)	16	9.737.243	5.932.340
Receitas empresas beneficiadas	17	6.402.210	4.229.718
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	18	152.392	155.566
Outras receitas operacionais	19	1.654.190	693.477
Total das Receitas		70.183.113	66.572.444
Despesas			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	20	(27.976.779)	(26.815.487)
Despesas com serviços profissionais e contratados	21	(24.846.515)	(19.761.865)
Custos e despesas de operacionalização	22	(6.975.302)	(6.874.066)
Encargos diversos		(1.090.427)	(1.029.999)
Despesas com programas e convênios	23	(1.534.647)	(1.233.416)
Despesas com provisões		(371.253)	(340.318)
Despesas com depreciação e amortização		(862.230)	(918.189)
Outras		(17.716)	(18.250)
Total de Despesas		(63.674.870)	(56.991.589)
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido		6.508.243	9.580.854
Receitas Financeiras		5.027.871	5.119.894
Despesas Financeiras		(178.760)	(148.255)
Resultado Financeiro Líquido	24	4.849.111	4.971.639
Superávit do exercício		11.357.355	14.552.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período findo em 30 de junho de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

	Superávit acumulado	Superávit do período	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	55.929.543	14.040.636	1.469.395	71.439.574
Incorporação do superávit do exercício anterior	14.040.636	(14.040.636)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	37.633	-	(37.633)	-
Superávit do exercício	-	27.611.077	-	27.611.077
Saldo em 31 de dezembro de 2016	70.007.812	27.611.077	1.431.760	99.050.651
Incorporação do superávit do exercício anterior	27.611.077	(27.611.077)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	18.815	-	(18.815)	-
Superávit do exercício	-	11.357.354	-	11.357.354
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>97.637.704</u>	<u>11.357.355</u>	<u>1.412.945</u>	<u>110.408.005</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	<u>11.357.355</u>	<u>14.552.493</u>
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	862.230	918.189
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.195.676)	(74.516)
Provisões para perdas com clientes	78.857	165.872
Provisões imposto de renda em fundos	122.643	158.061
Provisões perdas em cheques	5.409	7.610
Baixa Imobilizado	101.030	708.347
Depreciação da baixa do imobilizado	<u>(83.315)</u>	<u>(676.792)</u>
	11.248.533	15.759.265
Redução (aumento) nos ativos:		
Valores a receber	(1.229.778)	(177.244)
Numerários vinculados a convênios e programas	(12.783.702)	(13.979.994)
Adiantamentos concedidos	(121.042)	496.016
Créditos com o Sistema SEBRAE	(1.255.439)	2.859.130
Outros créditos circulantes	(193.070)	(15.327)
Depósitos realizáveis a longo prazo	(11.261)	111.457
Aplicações financeiras não circulantes	(1.055.563)	(1.171.093)
Outros créditos não circulantes	<u>(43.380)</u>	<u>(46.193)</u>
	(16.693.235)	(11.923.247)
Aumento (redução) nos passivos:		
Benefícios a empregados	(919.526)	(1.089.932)
Obrigações com convênios e contratos	258	(94.849)
Contas a pagar a fornecedores e outras	1.081.474	(658.630)
Obrigações trabalhistas	1.483.545	2.111.751
Obrigações com o Sistema SEBRAE	<u>9.385.041</u>	<u>11.699.899</u>
	11.030.794	11.968.238
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>5.586.092</u>	<u>15.804.256</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	<u>(202.119)</u>	<u>(319.297)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(202.119)	(319.297)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>5.383.973</u>	<u>15.484.959</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	67.912.205	57.684.592
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do período	62.528.232	42.199.633
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>5.383.973</u>	<u>15.484.959</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR

Balanco orçamentário no período findo em junho de 2017

(em Reais)

Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		%	%	%	%
		Previsão Original (b)	Execução (c)				
Receitas correntes							
Contribuição Social Ordinária-CSO	53.561	104.698	52.237	50	94		
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	5.932	44.648	9.737	22	164		
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	156	373	152	41	98		
Aplicações Financeiras	3.922	5.000	3.927	79	100		
Empresas Beneficiárias	4.230	14.707	6.402	44	151		
Otras Receitas	113	20	116	582	103		
Total receitas correntes	69.915	169.446	72.572	43	104		
Despesas correntes							
Personal, Encargos e Benefícios	26.815	60.787	27.977	46	104		
Serviços Profissionais e Contratados	19.762	88.274	24.817	28	126		
Demais Despesas Operacionais	6.874	20.450	6.975	34	101		
Encargos Diversos	1.336	1.549	1.392	90	104		
Transferências	737	5.036	1.556	31	211		
Total despesas correntes	55.525	176.096	62.746	36	113		
Despesas de Capital							
Superavit Corrente	14.389	-	9.826	-	-		
Despesas de Capital	306	1.700	202	12	66		
Investimentos / Outros	-	-	-	-	-		
Total de despesas de capital	306	1.700	202	12	66		
Fundo de Reserva							
Despesas Totais	70.251	179.739	62.948	35	113		
Superavit Total	14.119	-	9.624	-	-		
Total Geral	70.251	179.739	72.572	40	103		

Notas:

Receitas

Contribuição Social do Sebrae/NA - CSN: a variação está relacionada a:

1) uma maior procura neste período de 2017 pelos Programas SEBRAE/TEC (principalmente pela maior demanda e aumento no percentual de participação do SEBRAE de 50% em 2016 para 70% em 2017), Educação Empreendedora e Startups; 2) Ações de projetos que tiveram execução apenas em 2017, como SEBRAE Mais, repasse de recursos de convênios à instituições de ensino pelo Projeto Incubadoras e Parques Tecnológicos (Universidades Tecnológicas Federais do Paraná de Cornélio Procopio, Medianeira, Pato Branco e Ponta Grossa) e Incubadora Tecnológica de Guarapuava), Missões e Reuniões Técnicas promovidas pelo Projeto Sociedade Garantidora de Crédito, e transferência de recursos para a contratação das Empresas de Consultoria Tecnológica e Infomação (ECTI), executores dos projetos aprovados no Edital SEBRAE de Inovação (Projeto SEBRAE/PR no Programa Inovação nos Pequenos Negócios).

Empresas Beneficiárias: o crescimento de 51%, está diretamente relacionado principalmente a três pontos: 1) Maior procura pelo Programa SEBRAE/TEC, que apresentou de 2016 para 2017 um crescimento de mais de 264% ou R\$ 1.17 milhão; 2) Ações em Pontos de Atendimento com elevação de 87% ou R\$ 185 mil; 3) SEBRAE Mais, que no mesmo período de 2016, não apresentou efetivação alguma e que neste ano teve R\$ 607 mil realizado.

Alienação de Bens: em 2016, tivemos a indenização de um veículo sinistrado e a venda de alguns carros em leilão. Estes fatos que não ocorreram em 2017.

Despesas

Serviços Profissionais e Contratados: a variação foi ocasionada principalmente pelos serviços de Consultoria (que cresceram 43% ou R\$ 3,6 milhões, refletindo a análise feita na Receita de CSN, onde tivemos uma maior procura pelas consultorias do Programa SEBRAE/TEC); Manutenção e Support Técnico de Software de R\$ 456 mil; Organização e Promoção de Eventos (+37% ou R\$ 411 mil); Contratos de Patrocínio (+170% ou R\$ 246 mil); Manutenção de Instalações (+32% ou R\$ 229 mil). Em contrapartida, tivemos reduções de 12% em Insumos (R\$ 240 mil), 36% em Licença de uso de software (R\$ 41 mil) e 8% em Estudos, Pesquisas e Análises Técnicas (R\$ 31 mil).

Transferências: o crescimento de 111% em relação a 2016, refere-se a repasses de recursos ocorridos nos primeiros seis meses de 2017, os quais não existiram em 2016. São eles: Cidade Empreendedora (Convênio Confederação Nacional da Micro e Pequena Empresa); Cooperativas de Crédito no Paraná (Convênio Cooperativa Central de Crédito Rural); Educação Empreendedora (Convênio UFPR - Dois Vizinhos, UFPR Londrina, UFPR Pato Branco, PUC Londrina, Associação Paranaense de Cultura e Universidade Federal do Paraná); Incubadora e Parques Tecnológicos (Incubadora Tecnológica de Guarapuava e UFPR Cornélio Procopio); e Sociedade Garantidora de Crédito (Convênio Cooperativa Central de Crédito Rural).

Investimentos / Outros: Nesta linha estão registradas todas as aquisições de Imobilizado e o fato do valor realizado em 2017, ser inferior ao verificado em 2016, está relacionado às necessidades da empresa no momento. cenário econômico, processos de licitação em curso, etc.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE/PR (“SEBRAE/PR” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Caeté n. 150, bairro Prado Velho na cidade de Curitiba.

O âmbito de atuação do SEBRAE/PR constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/PR recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídas como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE/PR é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da

nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias – Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) aprovado pela Resolução nº 1.174/2009, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota Explicativa nº 9), instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº 25).

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 19 de julho de 2017.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros, a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6), revisão da vida útil sobre o ativo

imobilizado (Nota Explicativa nº 9), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 14) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota explicativa nº25).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão descritos a seguir:

a. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego*

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº25).

b. *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 27).

c. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 14).

d. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2,22% a 20,00%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual. Os Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 9).

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês subsequente de sua competência (Nota Explicativa nº 16). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 16). As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 18 e 23).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 17).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do período.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 12).

(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Em 30 de junho de 2017 não houve perdas por redução ao valor recuperável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras intermediárias são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 9).

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	45 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº 9).

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 14).

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 10).

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná - SEBRAE - PR é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE - PR reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE - PR contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº25).

h. Subvenção e assistência governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Entidade irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como; receita de convênios, e subvenções e auxílios e outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2017	31/12/2016
Fundo fixo	48.000	36.825
Contas Bancárias (i)	62.140	54.522
Aplicações financeiras (ii)	67.802.065	62.436.885
	67.912.205	62.528.232

- (i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas correntes bancárias, cuja posição, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, se encontra a seguir descrita:

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa	5.793	-
Banco do Brasil	48.048	49.130
Caixa Econômica Federal	8.299	5.392
	62.140	54.522

- (ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do Fundo	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	BB Milênio 10	66.173.827	61.918.281
Caixa Econômica Federal	Caixa FI Sebrae RF LP	1.724.291	636.641
(-) Prov. IRRF Fundo		(96.053)	(118.037)
		67.802.065	62.436.885

- (-) Prov. IRRF Fundo refere-se a estimativa da Provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

O rendimento acumulado no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2017 foi de 5,7328% para o fundo BB Milênio 10 e de 5,7565% para o fundo Caixa FI Sebrae RF LP.

5 Numerários vinculados a convênios e programas

	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Brasil (i)	13.263.923	480.221
	13.263.923	480.221

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE - PR, e que são apresentados separadamente da rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixas", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03 (R1). Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE - PR. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica "Obrigações com Convênios e Contratos", e detalhada na (Nota Explicativa nº 11).

(i) **No quadro abaixo é apresentado à composição por entidade:**

	30/06/2017	31/12/2016
Convênio 03/16 Ultragaz	270.004	50.145
Convênio 34/15 Cocamar	237.146	70.251
Convênio 41/16 FPTI	83.847	130.680
Convênio 48/16 Redeforte	79.853	46.068
Convênio 46/16 Coprossel	58.150	80.469
Convênio 47/16 PICNIC	57.045	102.608
CSN a comprovar	12.477.878	-
	13.263.923	480.221
	13.263.923	480.221

6 Contas a receber

	30/06/2017	31/12/2016
Cheques e cartão (i)	2.143.663	1.780.356
Créditos a Receber (i)	1.337.466	649.430
Ponto de atendimento (i)	175.704	-
(-) Provisão para Crédito de Liquidação (ii)	(17.522)	(14.844)
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (iii)	(265.752)	(186.896)
	3.373.559	2.228.046
	3.373.559	2.228.046

- (i) Créditos a receber referente a operações de venda de serviços.
- (ii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro de pagamento efetuados com cheques. O SEBRAE - PR constitui a provisão quando o cheque é devolvido pela segunda vez.
- (iii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro de pagamento efetuados com boletos bancários. O SEBRAE - PR constitui provisão de 100% do saldo devedor quando o atraso ultrapassa 180 dias.

7 Outros créditos

O grupo é formado pelos adiantamentos a empregados e a terceiros e por créditos diversos relativos à contribuição social a receber do exercício anterior, conforme apresentado a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Adiantamento e empregados e a terceiros	1.413.638	1.220.568
	1.413.638	1.220.568
	1.413.638	1.220.568

7.1 Adiantamentos concedidos

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE - PR, que foram repassados as entidades conveniadas e que aguardam a execução e posterior prestação de contas.

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Estado do Paraná - SEBRAE/PR
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de Junho de 2017*

	30/06/2017	31/12/2016
Senar	485.483	372.367
SGC Oeste do PR	401.888	401.888
SGC Sudoeste do PR	313.000	313.000
SGC Sul do PR	254.163	447.932
Faciap	245.579	177.975
Tecpar	223.041	223.041
SGC Noroeste do PR	213.000	213.000
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Pato Branco	202.996	68.672
Senai	202.064	298.111
Centro Sul Garantia	193.769	193.769
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Medianeira	190.288	66.615
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Ponta Grossa	188.827	138.326
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Cornélio Procópio	186.823	65.550
Universidade Federal do Paraná	185.000	115.000
Incubadora Tecnológica de Maringá	170.789	170.789
Cresol Baser	152.012	150.000
Sudotec Assoc. para Desenvolvimento Tec. Ind.	130.385	130.385
Fundação Parque Tecnológico de Itaipu	130.000	130.000
Fundação para o Desenvolvimento Cient. e Tecnológico	129.000	129.000
Prefeitura Municipal de Palotina	128.407	203.401
Fundação Cultural Educ. Tec. Francisco Beltrão	120.772	120.772
Incubadora Tecnológica de Guarapuava	114.880	114.880
Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Paraná	110.000	110.000
Fundação Educere de Campo Mourão	108.500	108.500
PTS Brasil	99.937	99.937
Conampe	98.587	14.845
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba	90.000	90.000
Central das Cooperativas de Crédito do Paraná	86.450	86.450
Centro Amparense de Ensino Superior	70.000	70.000
Centro Universitário Dinâmica das Cataratas	70.000	70.000
Faculdade Campo Real	70.000	70.000
Faculdade da Indústria	70.000	70.000
Faculdade Telemaco Borba	70.000	70.000
PUC - Curitiba	70.000	70.000
PUC - Toledo	70.000	70.000
Uniguaçu	70.000	70.000
Unipar - Francisco Beltrão	70.000	70.000
Unipar - Toledo	70.000	70.000
Universidade Positivo	70.000	70.000
Universidade Estadual de Ponta Grossa	69.994	69.994
Fundação Assis Gurgacz	69.950	69.950
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Dois Vizinhos	69.875	19.815
Universidade Estadual Norte do Paraná	69.860	69.860
Instituto Filadelfia de Londrina	69.450	69.450
Agencia de Desenvolvimento Regional	67.248	67.248
Faculdade Mater Dei	67.150	67.150
Faculdade Integrada Cataratas	65.500	65.500
Centro Educacional Medianeira	65.000	65.000
Faculdade Anglo Americano	65.000	65.000
PUC - Maringá	53.520	-
Faculdade do Centro Paraná	51.788	51.788
Sociedade de Educação Superior Guairacá	49.300	49.300
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Londrina	47.110	-

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Estado do Paraná - SEBRAE/PR
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de Junho de 2017*

Fiep	45.070	69.048
PUC - Londrina	35.000	-
Universidade Estadual de Londrina	24.854	24.855
Universidade Estadual do Paraná	9.520	9.520
Unicesumar	3.820	69.804
AMPEC Metropolitana	-	27.913
Microtiba	-	46.794
SGC Norte do PR	-	72.262
Sinvespar	-	102.218
Unicemp	-	100.000
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Apucarana	-	26.933
	<u>6.924.649</u>	<u>6.803.607</u>

7.2 Aplicações financeiras de longo prazo

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

	Nome do fundo	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	BB Milênio 10	3.099.717	2.957.065
(-) Prov. IRRF Fundo		(3.809)	(5.067)
Caixa Econômica Federal	Caixa FI Sebrae RF LP	16.943.968	16.160.787
(-) Prov. IRRF Fundo		(22.782)	(28.611)
		<u>20.017.094</u>	<u>19.084.174</u>

(-) Prov. IRRF Fundo refere-se a estimativa da Provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

O rendimento acumulado no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2017 foi de 5,7328% para o fundo BB Milênio 10 e de 5,7565% para o fundo Caixa FI Sebrae RF LP.

7.3 Outros créditos

	30/06/2017	31/12/2016
Fundo Garantidor - Programa Juro Zero - FIEP - CNV 19/05	<u>1.007.306</u>	<u>963.926</u>
	<u>1.007.306</u>	<u>963.926</u>

8 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE;

Pessoal chave da Administração; e

Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV).

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

	30/06/2017		31/12/2016	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Recursos de CSN a receber	-	-	1.640.777	1.640.777
Recursos Ordinários a receber (i)	8.665.115	8.665.115	5.768.899	5.768.899
	8.665.115	8.665.115	7.409.676	7.409.676

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

	30/06/2017		31/12/2016	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Licenças de software Res. Direx	30.699	30.699	92.098	92.098
CSN a devolver (ii)	12.477.879	12.477.879	3.031.438	3.031.438
	12.508.578	12.508.578	3.123.536	3.123.536

- i) Em 6 de julho de 2016, o SEBRAE Nacional emitiu nova redação para a IN 37, normativo que trata sobre os critérios e procedimento da execução orçamentária e financeira no âmbito do Sistema SEBRAE. As alterações estão suportadas pela Nota Técnica UGCO nº 09/2016, de 6 de junho de 2016, aprovada pela Diretoria do SEBRAE Nacional, e que produziu, resumidamente, as seguintes alterações:
1. Configuração da obrigação corrente, a partir da vigência da IN 37 alterada em julho de 2016, do SEBRAE Nacional perante aos SEBRAEs regionais de repasse de quaisquer recursos de CSO – saldo ainda não repassados e apurados de acordo com a sistemática vigente anteriormente.

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no ativo circulante (Transações com o Sistema SEBRAE) do valor de R\$ 8.665.115. A liquidação desses valores dar-se-á no mês subsequente.

2. Eliminação da regra de transferência de recursos CSO aos SEBRAEs estaduais com base na capacidade de execução de gastos (90%) e mediante valores previamente orçados, passando a ser com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Essa nova sistemática de repasse passou a valer da data de aprovação da IN 37 em julho de 2016, porém, com referência desde a data-base de janeiro de 2016. Consequentemente, também, passou a ser eliminada, a partir do exercício do 2016, a figura de CSO – Saldo (eventual diferença positiva entre os valores arrecadados e não repassados pelo SEBRAE Nacional aos SEBRAEs regionais, cujos repasses eram condicionados a eventos futuros).

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no passivo circulante (Transações com o Sistema Sebrae) do valor de R\$ 12.447.878. A liquidação desses valores dar-se-á no mês de dezembro de 2017.

- (ii) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-15, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2017 os acertos contábeis no SEBRAE - PR e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

c. Transações de resultado

	30/06/2017	30/06/2016
Contribuição Social Ordinária (CSO)	52.237.078	55.561.342
Contribuição Social Nacional (CSN)	9.737.243	5.932.340
	<u>61.974.321</u>	<u>61.493.682</u>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do mês anterior.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º. , inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

	30/09/2016	30/09/2015
Remuneração	393.540	365.688
Encargos	128.688	119.580
Benefícios	53.469	57.476
	575.697	542.744

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 25.

9 Ativo imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Valor em 30/06/2017
Custo Contábil					
Terrenos		1.442.768	-	-	1.442.768
Edificações	2,22%	9.532.519	-	-	9.532.519
Móveis e utensílios	10%	2.840.346	60.390	(55.846)	2.844.890
Veículos e acessórios	20%	2.257.855	-	-	2.257.855
Maquinas e equipamentos	10%	2.644.196	93.709	(12.746)	2.725.158
Equipamentos de informática	20%	6.007.368	33.380	(7.300)	6.033.448
Instalação	10%	1.172.265	14.640	-	1.186.905
		25.897.317	202.119	(75.892)	26.023.543
Total do Custo		25.897.317	202.119	(75.892)	26.023.543
Total da Depreciação Acumulada		(14.137.139)	-	-	(14.925.691)
Total Líquido		11.760.178	202.119	(75.892)	11.097.852

O imobilizado é registrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e está totalmente empregado nas atividades da Entidade. A administração realizou a avaliação da revisão da vida útil de seus ativos imobilizados em 31/12/2016.

10 Benefícios a empregados de curto prazo

	30/06/2017	31/12/2016
Encargos Sociais a Recolher	933.134	1.065.780
Obrigações Fiscais a Recolher	708.743	1.495.623
	1.641.877	2.561.403

11 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

	30/06/2017	31/12/2016
Convênio 41/16 FPTI	41.924	64.650
Convênio 46/16 Coprossel	1.351	43.315
Convênio 48/16 Redeforte	1.390	13.770
Convênio 34/15 COCAMAR	49.394	10.719
Convênio 47/16 Lactojará	38.654	-
	<u>132.713</u>	<u>132.454</u>

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

12 Contas a pagar a fornecedores e outros

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores	1.769.870	706.909
Outras Obrigações	24.937	6.424
	<u>1.794.807</u>	<u>713.333</u>

13 Obrigações sobre a folha de pagamento

	30/06/2017	31/12/2016
Férias e Encargos (i)	3.691.293	2.526.608
13º salário e Encargos	1.515.099	-
Remuneração Variável (ii)	1.146.067	2.342.306
	<u>6.352.459</u>	<u>4.868.914</u>

(i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

(ii) Corresponde à provisão de Remuneração Variável que considerou o valor acumulado da provisão de 13º salário como base para a constituição da provisão.

14 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria jurídica externa do SEBRAE - PR como risco "provável" de perda:

	Depósitos Judiciais (i)		Provisão (ii)	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Riscos Trabalhistas	73.759	62.497	910.661	2.106.337
	<u>73.759</u>	<u>62.497</u>	<u>910.661</u>	<u>2.106.337</u>

(i) Depósitos judiciais

	Processo	30/06/2017	31/12/2016
Cecílio Max Lira Batista	RT 868/2014	45.846	35.555
Eduardo Barrozo Prugner	RT 37.165/2010	9.572	9.239
Anderson Junior Begnini Machado	RT 2.244/2014	9.455	9.126
Emerson Assunção de Oliveira	RT 779/2014	8.886	8.577
		<u>73.759</u>	<u>62.497</u>

(ii) Provisão

	Processo	30/06/2017	31/12/2016
Emerson Assunção de Oliveira	RT 779/2014	541.154	504.946
Cecílio Max Lira Batista	RT 868/2014	309.231	288.541
Sheila Camargo da Silva Chaerki	RT 664/2016	60.276	-
Ministério Público do Trabalho	RT 28.446/2009	-	1.312.850
		<u>910.661</u>	<u>2.106.337</u>

As ações consideradas como perda possível montam em 30 de junho de 2017 R\$ 978.255,60 (R\$ 1.1001.056 em 2016), sendo sua totalidade referente a ações trabalhistas.

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica externa do SEBRAE - PR.

- (a) A Ação Civil Pública em questão foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho e consiste no requerimento, com antecipação dos efeitos da tutela, para o SEBRAE/PR observar os princípios inseridos no artigo 37 da Constituição Federal quanto à contratação de pessoal, especialmente no tocante à realização de processo seletivo com critérios objetivos.

15 Patrimônio Líquido

	30/06/2017	31/12/2016
Superávit acumulado	97.637.705	70.007.813
Superávit do exercício	11.357.355	27.611.077
Ajuste a valor patrimonial	1.412.945	1.431.762
	110.408.005	99.050.652
	110.408.005	99.050.652

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit do período/exercício

Representa o resultado auferido no período/exercício social corrente. Após deliberação pela administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

16 Receitas com contribuição social

	30/06/2017	30/06/2016
Contribuição Social Ordinária - CSO (a)	52.237.078	55.561.342
Contribuição Social Nacional - CSN (b)	9.737.243	5.932.340
	61.974.321	61.493.682
	61.974.321	61.493.682

(a) Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do mês anterior.

(b) Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/UF para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/UF (IN.37.15).

17 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	30/06/2017	30/06/2016
Consultoria	3.572.351	2.468.383
Treinamento	1.192.323	1.270.549
Empretec	526.370	262.890

Palestras	75.025	3.360
Outras	1.036.141	224.536
	6.402.210	4.229.718

18 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE - PR.

	30/06/2017	30/06/2016
Convênio 47/16 Lactojava	56.469	
Convênio 49/15 Ultragás	51.544	
Convênio 46/16 Ceprossel	27.504	-
Convênio 41/16 FPTI	25.005	-
Convênio 48/16 Redeforte	7.282	-
Convênio 34/15 COCAMAR	(15.412)	43.209
Convênio 13/15 Guarapuava	-	79.501
Convênio Quedas do Iguaçu	-	32.443
Convênio 10/15 FPTI	-	285
Convênio 08/15 FPTI	-	128
	152.392	155.566

19 Outras receitas operacionais

	30/06/2017	30/06/2016
Receita na reversão de provisões trabalhistas	1.360.020	35.009
Receita na reversão de provisões diversas	174.326	109.268
Outras receitas	115.864	80.439
Receita de Convênio exercícios anteriores	3.483	128.558
Recuperações e restituições	497	4.186
Receita na alienação de ativo imobilizado	-	336.017
	1.654.190	693.477

20 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

	30/06/2017	30/06/2016
Salários e proventos	14.597.527	13.644.920
Encargos trabalhistas	5.478.132	5.345.736
Benefícios	3.929.015	3.590.051
Férias	2.826.038	3.043.573
13º salário	1.146.067	1.191.207
	<hr/>	<hr/>
	27.976.779	26.815.487
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

21 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

	30/06/2017	30/06/2016
Instrutoria e consultoria	13.770.916	10.375.449
Demais serviços contratados	4.605.601	3.946.928
Serviços técnicos especializados	3.475.496	2.761.096
Manutenção, segurança e limpeza	2.994.502	2.678.392
	<hr/>	<hr/>
	24.846.515	19.761.865
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

22 Despesas com custo de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos.

	30/06/2017	30/06/2016
Passagens e transportes	1.477.751	1.139.742
Aluguéis e encargos	1.419.381	1.452.772
Demais custos e despesas	1.080.527	1.137.394
Material de consumo	1.006.631	751.069
Diárias e hospedagem	915.966	1.099.938
Serviços de comunicação	421.022	572.165
Serviços gráficos	409.349	539.492
Divulgação e publicidade	244.675	181.494
	<hr/>	<hr/>
	6.975.302	6.874.066
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

23 Despesas com convênios e programas

Referem-se aos valores executados e comprovados por meio de prestações de contas dos parceiros, relativo a recursos de convênio, de acordo com programação prevista no plano de trabalho do exercício. Conforme demonstrado a seguir:

Entidade	Convênio 2016	Convênio 2016	30/06/2017	30/06/2016
Senar	02/16	05/15	252.770	158.115
Garantisul	18/13		193.769	-
Faciap	04/16	01/15	177.975	285.546
Incubadora Tecnológica de Guarapuava	27/15		114.880	-
Sinvespar	03/16	03/16	102.218	83.922
Unicemp	26/15		100.000	-
Prefeitura Municipal de Palotina	21/15		74.994	-
Cresol	05/16		74.215	-
Cresol	39/15		73.773	-
Garantinorte	50/12	50/12	72.261	47.893
Unicesumar	15/16		65.984	-
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	29/15	21/13	52.762	52.050
Senai	04/15	04/15	49.853	3.953
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	28/15	20/13	31.728	25.274
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	23/13	22/13	25.912	17.700
Microtiba	38/16	28/14	25.711	29.469
Fiep	45/16	37/15	23.729	43.044
Ampec	37/16	06/15	18.915	32.927
Conamp	36/16	07/15	3.198	33.739
Centro Ampere	36/13	36/13	-	85.887
Centro Educacional Integrado	26/13	26/13	-	4.288
Cesumar	32/13	32/13	-	52.581
Faciap		51/12	-	12.436
Facilcam		34/13	-	10.200
Famec		30/13	-	51.223
Instituto Polo Internacional Iguaçu	23/14	23/14	-	74.639
Sinvespar	02/15	02/15	-	62.732
UDC Faculdade	25/13	25/13	-	33.558
Universidade Estadual do Centro Oeste		35/13	-	32.240
			1.534.647	1.233.416

24 Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido referente aos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade:

	30/06/2017	30/06/2016
Receitas Financeiras		
Rendimentos recursos próprios	3.055.885	2.632.882
Rendimentos recursos ordinários	869.924	1.288.736
Receita aplicação - <i>funding</i>	1.098.427	1.194.233
Variações Monetárias Ativas	2.301	3.549
Juros	1.334	494
	5.027.871	5.119.894

Despesas Financeiras		
Comissões cartões de credito e cheque em cobranças	(117.867)	(86.638)
Despesas bancárias	(60.780)	(61.453)
Juros e Multas	(113)	(164)
	<u>(178.760)</u>	<u>(148.255)</u>
	<u>4.849.111</u>	<u>4.971.639</u>

25 Benefícios a empregados pós-emprego

25.1 Descrição geral das características do plano

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

Aposentadoria normal.

Aposentadoria antecipada.

Aposentadoria por invalidez.

Pensão por morte.

Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

Projeção de contribuição em caso de invalidez.

Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

Benefícios de demissão;

Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e

Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE - PR contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras.

O total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017 monta a R\$ 564.936 e R\$ 544.145 em 2016 conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2017	30/06/2016
Participantes	680.319	631.497
Básica	548.756	528.971
Serviço Passado	6.445	7.470
Voluntária	125.118	95.056
Patrocinador	564.936	544.145
Básica	564.936	544.145

26 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 15.000.000,00 de importância segurada, com custo do prêmio de R\$ 53.251,72 havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil para a Entidade.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 28 de fevereiro de 2018, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 29.054,99 e a importância segurada de R\$ 48.840.000,00.

27 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras intermediárias.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez e

Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).

Contas a receber.

Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.

Contas a pagar a fornecedores e outras.

Aplicações Financeiras de Longo Prazo (7.2).

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras intermediárias foi:

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	67.912.205	62.528.232
Valores a receber	6	3.373.559	2.228.046
Numerários vinculados a convênios e programas	5	13.263.923	480.221
Adiantamentos concedidos	7.1	6.924.649	6.803.607
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	8.665.115	7.409.676
Outros Créditos	7	1.413.638	1.220.568

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 30 de junho de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

	Valor em 30/06/2017	Até 6 meses	1 ano
Benefícios a empregados de curto prazo	1.641.877	1.641.877	
Obrigações com convênios e contratos	132.713		132.713
Contas a pagar a fornecedores e outras	1.794.807	1.794.807	
Obrigações trabalhistas	6.352.459		6.352.459
Obrigações com o Sistema SEBRAE	12.508.578	12.508.578	

Em 30 de junho de 2017, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE - PR desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações na taxa SELIC. A Entidade estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa SELIC acumulada para o período de 6 meses será de 10,31%. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Exposição em (R\$)	Cenários Projetados - Base 31/12/2016		
		Provável 10,31%	Possível - 25% 11,86%	Remoto - 50% 13,63%
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	67.802.065	74.792.458	75.841.017	77.046.860
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	20.017.094	22.080.856	22.390.420	22.746.419
Efeito da Variação do CDI	87.819.159	96.873.314	98.231.437	99.793.279

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um

mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“nonperformance risk”), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia do valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com o CPC 40, a Entidade mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 1, pois são mensurados utilizando preços de mercado para os ativos idênticos na data da mensuração.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

	Nota	Nível	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	67.912.205	62.528.232
Numerários vinculados a convênios e programas	5	1	13.263.923	480.221
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	7.2	1	20.017.094	19.084.174

* * *